

Questões ambientais na atuação do INCRA: uma análise da região oeste de Santa Catarina

Michely Cristina Ribeiro

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da FAPESC
michelyribeiro@hotmail.com

Samira Peruchi Moretto

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
samira.moretto@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

Historicamente, o território que hoje pertence ao Oeste catarinense foi disputado tanto internacionalmente, entre Brasil e Argentina, quanto pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Com a definição dos limites e a criação de novos municípios, entre eles Chapecó, a imigração para o local passou a ser incentivada pelo governo como forma de garantir a legitimidade de posse da região. Para isso, o governo do Estado concedeu terras devolutas às companhias colonizadoras, as quais ficaram encarregadas por dividir essas terras em lotes que seriam vendidos aos colonos. Entretanto, diferente do que dizia muitas vezes o discurso oficial da época, a região tinha uma ocupação territorial anterior, composta por populações indígenas e caboclas. Estes povos utilizavam a terra para fins de subsistência, e não tinham posse legitimada por documentos das terras que ocupavam.

As populações caboclas que habitavam a região, ocupavam as terras pelo regime de posse e tinham o costume de separar as “terras de criar” das “terras de plantar” (RENK, 2006). Como a criação dos porcos era feita à solta, as chamadas terras de plantar ficavam localizadas mais afastadas das casas, para que os porcos não invadissem as áreas de cultivo, principalmente de milho (BRANDT; NODARI, 2011). De acordo com Renk e Confortin (2017, p. 139),

a transformação da territorialidade cabocla é remetida ao processo de colonização, no qual está em jogo a apropriação de áreas florestais, para a instituição de um campesinato parcelar étnico de descendentes de europeus, principalmente de italianos, alemães e poloneses, aqui chamados os de origem (europeia).

Ainda para as autoras, “a questão mais crucial é o cerceamento do acesso à terra nos modos realizados tradicionalmente e a retirada das áreas ocupadas, a limpeza destas para venda” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 141). Brandt e Nodari (2011, p. 85) também ressaltam que a política de terras adotada em Santa Catarina, voltada para a colonização europeia e com vistas a privilegiar o desenvolvimento das práticas agrícolas comerciais, “foi experimentada como sendo o início da intensificação de um processo de transformações socioespaciais relacionadas principalmente à questão da terra”.

Os colonos que chegaram à região eram de descendência alemã e italiana, e grande parte desses imigrantes vieram do Rio Grande do Sul buscando a “manutenção do padrão socioeconômico e cultural, e mesmo a melhoria dele” (NODARI, 2009, p. 33). As propagandas das companhias colonizadoras ressaltavam as potencialidades da região para incentivar a venda dos lotes, mencionando a fertilidade das terras, existência de fontes de água que permitiam a instalação de moinhos, entre outras características. No período da colonização, a extração madeireira ocorreu para dar espaço para as atividades agropecuárias, possibilitando que as áreas até então ocupadas pelas árvores pudessem ser utilizadas para os cultivos e criação de animais.

Com o encontro desses diferentes sujeitos, a região oeste de Santa Catarina presenciou diversos momentos de tensão entre os grupos, como nos conflitos que resultaram da mudança no modo de uso da terra (BRANDT; NODARI, 2011). Entre os conflitos observados nesse período, também se tem aqueles relativos à questão da posse das terras. Em 1970, por meio do decreto nº 1.110, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Como na fase inicial do órgão a sua prioridade era de atuar nas áreas de fronteira, em 1972 foi fundado o INCRA em Santa Catarina, tendo sua sede em Chapecó.

Objetivo

A partir dessa pesquisa, buscamos analisar a atuação do INCRA na região oeste catarinense por meio de relações com o meio ambiente, desde a sua criação, até a atuação na década de 1980.

Metodologia

Neste estudo, partimos da abordagem proposta pela história ambiental, considerando o aspecto ressaltado por Drummond (1991, p. 181), de que “a cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos”. Para realizar a pesquisa, utilizamos como fontes notícias presentes em periódicos regionais e uma entrevista realizada com um ex-funcionário do INCRA, assim como seu relato publicado no livro de memórias do órgão na ocasião dos seus 35 anos.

Resultados

Durante a primeira fase de atuação do INCRA, que compreende o período desde a sua criação até o ano de 1985, suas atividades estiveram mais voltadas à regularização fundiária, realizando a medição correta de lotes em que havia conflitos na sua demarcação, regularizando a titulação de posseiros que ocupavam as terras e indenizando os proprietários. Para contextualizar parte das questões que envolveram a atuação do órgão no oeste de Santa Catarina, é necessário compreender os aspectos ambientais da região. Pertencente ao bioma Mata Atlântica, o local corresponde a uma vegetação de Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Decidual. A araucária (*Araucaria angustifolia*) se destaca associada a outras formações vegetais, sendo muito utilizada pela indústria madeireira deste período.

O avanço do desmatamento provocado pela extração da madeira no oeste catarinense está relacionado com o processo de diminuição de áreas florestais ainda disponíveis para exploração no Rio Grande do Sul (NODARI, 2012). De acordo com dados levantados por Nodari (2012), em 1947, o número de serrarias de madeiras de pinheiro em Chapecó era de 115. Nesse sentido, além dos conflitos pela ocupação das terras entre populações caboclas e indígenas, Prancutti relata que houve também uma relação entre o setor madeireiro e a ocupação dessas áreas:

no início o objetivo maior era a questão da madeira, né. O foco era a madeira. Aí com o tempo, essas madeiras foram escasseando, e começou a circular soja na década de 60. Então foi bem nessa década de 60, 70 que gerou esse conflito. É muito presente isso nas nossas desapropriações. Agricultores no Rio Grande do Sul investiam aqui e compravam terras baratas, e quando foram ver terminou o ciclo da madeira, tinha muitos funcionários das madeireiras que ficaram, que não tinham pra onde ir, e ficaram ocupando os lotes. Então o que que aconteceu, o INCRA veio

pra regularizar essa situação, indenizava o proprietário, o titular do domínio, que geralmente era do Rio Grande do Sul e dava o título para quem estava ocupando o imóvel. E por isso que teve muito litígio aqui na região por conta disso, bastante por conta disso (A.P., 2017).

O segundo momento de atuação do INCRA corresponde ao período em que as suas atividades passam a estar mais centradas na reforma agrária, o que ocorreu após 1985, com a redemocratização do país. Em Santa Catarina, o compromisso firmado nesta ocasião foi de que deveriam ser desapropriados 20 mil hectares, nos quais seriam assentadas duas mil famílias (PRANCUTTI, 2006). Prancutti (2006) descreve suas atividades enquanto funcionário do órgão, realizando visitas aos acampamentos que estavam localizados em áreas que pertenciam à Santa Úrsula Florestal, nos municípios de Faxinal dos Guedes e Abelardo Luz. Durante a década de 1970, a referida empresa divulgou seus serviços de reflorestamento nos periódicos de circulação regional, mas os acampamentos mencionados estavam em áreas em que os projetos não tiveram sucesso e em um período em que a empresa havia decretado falência. Após a promulgação do Código Florestal de 1965, a lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, implementou incentivos fiscais para a realização de reflorestamento.

Nos anúncios da empresa Santa Úrsula Florestal, o reflorestamento era oferecido como uma oportunidade de investir parte do imposto de renda nos projetos que seriam implementados no oeste catarinense, reforçando que assim contribuiria para o “progresso” da região (FOLHA D’OESTE, 1970a). Além disso, outro anúncio da mesma empresa associava o reflorestamento enquanto um ato de patriotismo (FOLHA D’OESTE, 1970b). Entretanto, isso não implica que o reflorestamento pretendido era realizado com espécies nativas, uma vez que a finalidade principal nesse período era a econômica, sendo escolhidas muitas vezes espécies exóticas. No caso do acampamento de Abelardo Luz, por exemplo, Prancutti (2006) aponta que estava localizado em áreas em que houve tentativa de plantar macieiras. Considerando, portanto, os locais em que alguns acampamentos foram realizados, era necessário estabelecer diálogo entre os assentados e madeireiros, uma vez que existiam contratos de extração de madeira em vigência (PRANCUTTI, 2006).

A partir das fontes analisadas nesta pesquisa, foi possível perceber que a ocupação do território ligada à exploração dos recursos naturais contribuiu para que existissem disputas pela legalização das terras. Também se evidencia que os aspectos sociais, culturais e econômicos estão relacionados com alterações ambientais, como no caso dos conflitos sociais entre os diferentes

grupos presentes na região. Estudos futuros que utilizem como fonte documentos de processos de regularização de terras e/ou de desapropriação para reforma agrária podem contribuir para expandir a perspectiva da influência de questões ambientais na atuação do INCRA para além daquelas apresentadas neste trabalho.

Referências

- BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.
- NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. P. 241-260.
- NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.
- PRANCUTTI, Antonio. “35 anos em vida com os pés na terra”. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário (org). **Memória Incra 35 anos**. Brasília: MDA, 2006, 19-33.
- PRANCUTTI, Antonio. Entrevista concedida a Samira Peruchi Moretto e José Carlos Radin. Chapecó, 5 de maio de 2017.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 2006.
- RENK, Arlene; CONFORTIN, Priscila Fernanda Rech. Territorialidade e minorias sociais na construção da história local. In: CARBONERA, Mirian et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. P. 137-158.
- Santa Úrsula Florestal Ltda. **Folha d’Oeste**. Chapecó, 7 de fevereiro de 1970a, ano VI, n. 233, p. 13.
- Vamos devolver à terra o verde de suas florestas. **Folha d’Oeste**. Chapecó, 22 de agosto de 1970b, ano VII, n. 260, p. 7.

Agradecimentos

A FAPESC, pela bolsa de pesquisa de mestrado.